

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007685-07.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Defeito, nulidade ou anulação**  
 Requerente: **ERMELINDA BIANCHI DONATO**  
 Requerido: **Cooperativa de Crédito do Vale do Mogi Guaçu Sicoob Crediguaçu**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

**ESPÓLIO DE ERMELINDA BIANCHI DONATO** ajuizou a presente ação declaratória de inexistência de relação jurídica em face de **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO MOGI GUAÇU E SUDOESTE PAULISTA - CREDIGUAÇU** (atual denominação de Cooperativa de Crédito do Vale do Mogi Guaçu – Siccob Crediguaçu).

Segundo a inicial, em 05/06/2008 a Sra. Ermelinda outorgou procuração pública ao filho Rosemberg, dando a ele poderes de tomar um empréstimo junto à ré, tendo como beneficiária ela própria; na oportunidade, por não estar em perfeitas condições motoras, a procuração foi assinada mediante impressão digital. Todavia, o contrato firmado (cédula de crédito bancária nº22/2008) teve como único beneficiário o mandatário Rosemberg e no instrumento procuratório foi acrescentada, sem o consentimento da mandante, a expressão “alienação fiduciária”; assim, na negociação foi dado seu (dela autora) imóvel residencial (matrícula 84.093) em garantia. Diante desses fatos sustenta que o negócio celebrado com a requerida está eivado de vício, devendo ser declarado inexistente. Rogou a antecipação da tutela para que a requerida seja proibida de transferir o imóvel de matrícula 84.093. Pediu a procedência do pleito para que seja declarada a inexistência de relação jurídica entre as partes e a

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ineficácia da averbação nº 05 do CRI, anulando-se a consolidação da propriedade fiduciária.

A fls. 64/74 e 76/85 foram carreadas aos autos cópia da sentença e acórdão proferido na ação anulatória nº 1262/09 desta 1ª Vara Cível, movida pela autora em face da requerida e de Rosemberg Pedro Donato, tendo por objeto a cédula de crédito bancário nº 022/2008.

A antecipação da tutela foi indeferida pela decisão de fls. 107.

Devidamente citada, a requerida apresentou contestação (fls. 113/119) alegando preliminares de ausência de representação processual válida, ilegitimidade do inventariante e coisa julgada material. Pontuou ser o caso de litisconsórcio passivo necessário do 1º Tabelionato de Notas de São Carlos. No mérito argumentou que a procuração foi regularmente outorgada por Ermelinda ao Sr. Rosemberg; que pelo auto de constatação realizado por Oficial de Justiça nos autos 1262/09, desta 1ª Vara, a autora estava integralmente ciente de que participaria do negócio que realizou conjuntamente com seu filho; que não há irregularidade no contrato firmado com este último; que não há provas de que a outorgante não estava em pleno gozo de sua capacidade mental; que não há irregularidade na averbação da consolidação da propriedade em seu (dela ré) favor. Por fim, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 194/201.

As partes foram instadas a produzir provas. A requerida pleiteou a oitiva de testemunhas e o autor não se manifestou (cf. fls. 209 e 210).

**É o relatório.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****DECIDO.**

Segundo o parágrafo 3º do artigo 301 do CPC, há litispendência quando se repete ação que está em curso, com identidade de partes, pedido e causa de pedir.

No caso, a preliminar arguida deve ser rechaçada, pois o processo nº 1262/09, desta 1ª Vara Cível, foi proposto por Ermelinda em face de Cooperativa de Crédito do Vale do Mogi Guaçu e Rosenberg Pedro Donato e esta lide apenas contra a primeira.

Nesse sentido:

Deve ser reconhecida a litispendência entre os embargos à execução e a ação anulatória ou declaratória de inexistência do débito proposta anteriormente ao ajuizamento da execução fiscal, se identificadas as mesmas partes, causa de pedir e pedido, ou seja, a tríplice identidade a que se refere o artigo 301, § 2º, do CPC (nota 24b, do Código de Processo Civil e legislação processual em vigor – Theotônio Negrão, edição 46ª, Ed. Saraiva, 2014 – com grifos desse julgador).

\*\*\*\*

Também não é o caso de acolher a tese de litisconsórcio com o Tabelião, já que na inicial não consta qualquer ato irregular que tenha sido praticado por ele na lavratura da procuração.

Diante de um laudo/atestado, firmado por médico competente e da declaração expressa da outorgante que confirmou que estava apenas sem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

condições de assinar, o serventuário agiu legitimamente.

\*\*\*\*

A procuração pública referida na portal foi firmada em 05/06/2008, sendo lançado no próprio documento o parecer médico de um neurocirurgião, Admilson dos Santos Delgado, que acompanhava a outorgante, indicando que aquela tinha, no momento, a capacidade psíquica preservada, estando apta a praticar todos os atos de sua vida civil.

Aludido facultativo chegou a ser ouvido em juízo no processo nº 1262/09, que tramitou perante esta 1ª Vara Cível, quando esclareceu não ter tido contato com Ermelinda no dia da procuração e sim um mês antes, mas deixou claro que o AVC havia afetado apenas a capacidade motora da referida senhora sem reflexos na capacidade mental.

No processo nº 1262/09 desta mesma Vara – em que foi equacionada praticamente a mesma situação – chegou a ser elaborada uma constatação por oficial de justiça após um ano da assinatura do mandato público e nela Ermelinda confirmou o ato, embora já apresentasse um “estado” de confusão mental mais acentuado.

Bem por isso, nos dois graus de jurisdição a pretensão anulatória deduzida por Ermelinda acabou rechaçada, sendo preservado o ato jurídico em respeito aos princípios da boa-fé, da segurança das relações jurídicas e da presunção da capacidade das pessoas.

Diante desse contexto probatório, não vejo elementos aptos a evidenciar que a falecida padecia de enfermidade psíquica, capaz de comprometer sua capacidade civil, no momento em que outorgou a procuração,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

permanecendo o autor, tão somente, no campo das argumentações.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial, condenando o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 888,00.

P.R.I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**